



11086803

08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2020

Data: 20/02/2020	Hora de Início: 15h20
Local: Edifício Sede, Bloco T, 3º andar, sala 304	Hora de Término: 17h10

PARTICIPANTES

Nome	Cargo	Unidade	Telefone	E-mail
Agnaldo Sandes Bandeira	Chefe de Gabinete	SEOPI	2025-7547	agnaldo.bandeira@mj.gov.br
Ana Célia B. Vilarinho	Coordenadora	SENASP	2025-7157	ana.vilarinho@mj.gov.br
Bruno Cardoso Araújo	Coordenador de Orçamento	SENACON	2025-9062	bruno.cardoso@mj.gov.br
Célio de Vasconcelos	Auditor Chefe	FUNAI	32476201	auditoria@funai.gov.br
Claudio Antonio de Almeida Py	Chefe da AECI	AECI	2025-3516	claudio.py@mj.gov.br
Claudio Jorge Costa Lima	Coordenador Geral	SENAJUS	2025-7530	claudio.lima@mj.gov.br
David Menegon	Chefe de Gabinete	SENACON	2025-7103	davi.menegon@mj.gov.br
Diogo Dominici Soriano	Chefe de Gabinete	SENAD	2025-7201	diogo.soriano@mj.gov.br
Eduardo Benevides Bomfim	Chefe de Gabinete	SE	2025-3914	eduardo.bomfim@mj.gov.br
Gelson Marins de Mello	Coordenador de Gestão de Controle Interno	AECI	2025-3272	gelson.mello@mj.gov.br
Helena Melo Moura	Chefe de Gabinete	SENAD	2025-7281	helena.moura@mj.gov.br
Henrique J. Picoli	Coordenador Regional Substituto	AN	3344-1038	diretoriageral@an.gov.br
Henrique César Sisterolli Kamchen	Coordenador Geral	AECI	2025-3516	henrique.kamchen@mj.gov.br

Karina de Ulhoa Soares	ATA	AECI	2025-3710	karina.soares@mj.gov.br
Lício Joaquim da Silva Rêgo	Coordenador-Geral - CGTC	SENASA	2025-9112	licio.rego@mj.gov.br
Márcia da Rosa Pereira	Auditora Chefe	CADE	3221-8518	marcia.pereira@cade.gov.br
Márcia Laura Rique da Silva	Coordenadora	AECI	2025-3688	marcia.rique@mj.gov.br
Miriane Menegaz	Coordenadora-Geral	PRF	2025-6515	miriane.menegaz@prf.gov.br
Robson Ferreira Polito	Chefe da AGR	DEPEN	2025-3559	robson.polito@mj.gov.br
Wellington Soares Gonçalves	Assessor de Controle Interno	PF	2024-8692	aci@dpf.gov.br

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 15 horas e 20 minutos, reuniram-se na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP os servidores acima relacionados para: 1) apresentação do Programa de Integridade; 2) apresentação dos resultados do monitoramento das recomendações da CGU; 3) Sistema e-Aud; 4) Sistema Conecta - TCU; 5) Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - iGG; 6) Capacitação em TCE; 7) Levantamento Trimestral do Rol de Responsáveis referente às contas do exercício de 2020; e 8) Relatório de Gestão Integrado. A Coordenadora de Controle, Transparência e Integridade da AECI, Sra. Márcia Rique, procedeu à abertura da reunião esclarecendo que o Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da AECI, havia sido convocado naquele momento pelo Secretário Executivo, e que daria início aos trabalhos. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, e também manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, esclarecendo que explanaria primeiramente sobre o Relatório de Gestão e Rol de Responsáveis, e que o Sr. Henrique Sisterolli falaria sobre a capacitação em Tomada de Contas Especial - TCE, conforme detalhada abaixo:

1) Relatório de Gestão Integrado - A Sra. Márcia (AECI) explanou sobre o relatório de 2018, esclarecendo que foi feito na forma de relato integrado por recomendação do TCU, mas que tinha um universo bem menor, uma vez que a quantidade de órgãos pertencentes à estrutura deste Ministério era menor. Com o advento da nova estrutura do MJSP, houve aumento no número de unidades administrativas, impactando no trabalho para confecção do Relatório de Gestão de 2019. Disse que foram solicitados às unidades os dados finalísticos referentes à cadeia de valor, os dados da área meio que tratam de contratos, licitações e gestão de pessoas, contudo algumas áreas ainda não forneceram as informações solicitadas. Que a AECI reiterará as informações pendentes de atendimentos pelas unidades. Prosseguiu informando que a diagramação do relatório está sendo realizada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Gabinete do Ministro, que os servidores daquela unidade estão empenhados nesta tarefa. Enfatizou que o prazo final para envio ao TCU é 31/03/2020, todavia precisa ser encaminhado para aprovação do Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública antes de ser encaminhado ao TCU. Por fim, apresentou a versão preliminar do Relatório de Gestão, contendo a mensagem do dirigente máximo da unidade e a visão geral organizacional e ambiente externo. Em conclusão, o Sr. Henrique Sisterolli (AECI) enfatizou que as unidades que estão pendentes de atendimento de informações serão oficiadas, visando à finalização do Relatório de Gestão.

2) Rol de Responsáveis - A Sra. Márcia (AECI) explicou que em 2019 foi necessária a solicitação mensal das informações referentes ao rol de responsáveis em razão da ressalva do TCU feita por meio do Acórdão nº 2.783/2019, que tratou do julgamento das contas da Secretaria Executiva do exercício de 2012. Assim, a orientação dada foi com base na decisão do TCU. Ademais, em 2019, em razão da nova estrutura organizacional, ocorreu a entrada de novos dirigentes no MJSP. Ressaltou que as unidades encaminharam as informações sobre o rol de responsáveis, tornando uma prática incorporada no processo de trabalho das unidades. Em função disso, informou que será alterado o período de envio dos dados, não necessitando que o encaminhamento seja mensal. Dessa forma, esclareceu que, a partir deste ano, o envio das informações pelas unidades será feito trimestralmente.

3) Capacitação TCE - O Sr. Henrique Sisterolli informou que a AECI identificou deficiências nos processos de Tomada de Contas Especial (TCE), necessitando de capacitação dos servidores nesta área. Explanou que, embora pareça ser de difícil entendimento, o processo de TCE tem um rito próprio e que é uma área bastante normatizada, o que facilita o processo de trabalho. Ressaltou que os gestores apresentaram algumas dificuldades, como por exemplo, no que tange à responsabilização de governadores e prefeitos. Ressaltou a dificuldade de cumprimento do prazo

pelos gestores, acarretando multa imposta pelo Tribunal. Dessa forma, a AECI realizou tratativas junto à CGGP, visando a capacitação dos servidores. Disse que o curso será realizado no mês de março e abril e que serão ofertadas duas turmas; que o curso será oferecido a princípio para as unidades que mais trabalham com processos de TCE, como a SENASP e a SENAD, mas que posteriormente serão abertas para as demais unidades. Por fim, informou que o conteúdo do curso será voltado à formalização de processo de tomada de contas especial, além de apresentar o sistema e-TCE do TCU.

4) Apresentação do Programa de Integridade - O Sr. Cláudio Py ressaltou que o Plano de Integridade foi aprovado em 24 de maio de 2019 pelo Comitê de Governança Estratégica e que está disponível no sítio do MJSP no seguinte endereço: <https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/integridade/anexos/plano-de-integridade-do-mjsp.pdf>. Prosseguiu informando que o item 9.7. APÊNDICE 7 do citado Plano trata do levantamento dos principais riscos para a integridade e estabelecimento de medidas de tratamento, que compreende a 3^a Fase de Implementação do Programa de Integridade no âmbito do MJSP. Em seguida, explanou sobre os riscos de integridade identificados pelas unidades, bem como as medidas de tratamento.

5) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle ao MJSP - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle para fins de baixa no Sistema e-Aud da CGU daquelas que já foram atendidas, da necessidade de elaboração de plano de ação daquelas que demandam um prazo para o atendimento, bem como para realização de tratativas junto à Controladoria e ao Tribunal de Contas. Quanto às recomendações da CGU, apresentou inicialmente os resultados das ações das unidades pertencentes ao MJSP, e informou que a maioria das recomendações em monitoramento encontram-se para providências do gestor, porém recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Além disso, expôs a metodologia adotada pela AECI para o acompanhamento das recomendações realizado trimestralmente: elaboração dos planos de ações com as providências e medidas a serem adotadas. Em seguida, foi apresentado o panorama das recomendações da CGU aos órgãos deste Ministério, em que foi possível notar melhoria no cenário de algumas unidades. A título de exemplo, foi citado o caso da Funai, entidade que apresentava mais de 500 recomendações e que atualmente verificam-se 60 recomendações em monitoramento. Neste momento, o Sr. Célio (Funai) informou que este número já se encontra desatualizado, que já houve uma redução no total de recomendações em monitoramento. Em seguida, o Sr. Lício Joaquim (SENASP) afirmou que a SENASP tinha 3 UGs em monitoramento no então sistema Monitor, contudo no sistema e-Aud verifica-se apenas 1 UG. O Sr. Cláudio explicou que a CGU realizou a junção das UGs cujas unidades apresentavam mais de uma, contudo verificaria junto à CGU a UG da Secretaria de Grande Eventos que não aparece mais no sistema. Prosseguiu informando que será necessária a realização de reuniões com as unidades que apresentam recomendações com prazo expirado para tratar sobre o assunto. Informou que foram encaminhadas Notas Técnicas a todas as unidades do MJSP, contendo o panorama atual das recomendações. Em seguida, comunicou que as 2 recomendações da SENAD, que tratam de assuntos de competências que foram transferidas para o Ministério da Cidadania, ainda continuam na UG da SENAD, mas que estão sendo realizadas tratativas com a CGU objetivando a migração destas recomendações para aquele Ministério. Ressaltou que a AECI atua junto às unidades com intuito de orientar e auxiliar na construção de medidas para o atendimento das recomendações por meio dos Planos de Ação.

6) Sistema e-Aud - O Sr. Cláudio Py explanou sobre o novo sistema e-Aud desenvolvido pela CGU, que substituiu o sistema Monitor. Disse que integrou, em uma única plataforma eletrônica, todo o processo de auditoria, desde o planejamento das ações de controle até o monitoramento das recomendações emitidas. Disse que foi encaminhado às unidades o Ofício-Circular nº 1/2020/AECI/MJ, solicitando a indicação de servidores para compor a equipe de usuários da respectiva unidade jurisdicionada, que serão responsáveis por inserir as respectivas manifestações e informações de atendimento às recomendações da CGU. Informou que o sistema disponibiliza aos usuários os seguintes perfis: "supervisor" e o "membro da equipe", ressaltando que somente o perfil supervisor tem permissão para encaminhar as manifestações. Prosseguiu informando que o servidor deve realizar o cadastramento no sistema e solicitar a lotação na respectiva unidade. Considerando que alguns servidores ainda não realizaram o cadastro, solicitou o empenho dos dirigentes para que os servidores indicados constantes do processo SEI nº 08001.000203/2020-50 providenciem o cadastro com a maior brevidade. Em seguida, o Sr. Célio (FUNAI) relatou dificuldade de localizar, no novo sistema, o id da recomendação, tendo em vista que, com a migração das recomendações, ocorreu a alteração do número de id. Por fim, o Sr. Cláudio Py informou que todas as recomendações já foram migradas para o novo sistema.

7) Sistema Conecta - TCU - O Sr. Cláudio Py (AECI) relatou que os gestores estão cumprindo de forma tempestiva as solicitações do TCU; que o sistema está funcionamento normalmente e que inexiste pendência de prazo por alguma unidade. Disse ainda que continua recebendo via protocolo as determinações do TCU equivocadamente, uma vez que todas as comunicações devem ser feitas pelo sistema Conecta. Por fim, o Sr. Wellington Soares (PF) disse que o TCU tem encaminhado algumas decisões de forma intempestiva, embora já tenham sido publicadas no sítio do Tribunal. Tal fato foi corroborado pelo Sr. Célio (FUNAI) e pelo Sr. Diogo Soriano (SENAD).

8) Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - iGG - O Sr. Cláudio Py informou que o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão nº 2699/2018-Plenário, que tratou de Relatório de Acompanhamento com o objetivo de medir, em 2018, a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e accountability, bem como práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações. Disse que o TCU realizou levantamento dos ciclos de 2017 e 2018, visando identificar riscos sistêmicos e subsidiar o TCU e o Congresso Nacional com informações para o aperfeiçoamento da Administração Pública Federal. Prosseguiu informando que o resultado aferido demonstrou que o MJSP atingiu o maior índice de governança quando comparado com o resultado dos demais Ministérios. Por fim, informou que o relatório está disponível no sítio do TCU.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 05/03/2020, às 09:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 05/03/2020, às 09:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gelson Marins de Mello, Coordenador(a) de Gestão de Controle Interno**, em 05/03/2020, às 10:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique César Sisterolli Kamchen, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno**, em 05/03/2020, às 10:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CARDOSO ARAUJO, Coordenador(a) de Administração, Orçamento e Finanças**, em 05/03/2020, às 10:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Célia Bernardes Vilarinho, Coordenador(a) de Acompanhamento e Avaliação**, em 05/03/2020, às 11:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 05/03/2020, às 11:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 05/03/2020, às 13:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **AGNALDO SANDES BANDEIRA, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 05/03/2020, às 14:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 05/03/2020, às 17:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 09/03/2020, às 16:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em



18/03/2020, às 11:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Coordenador(a)-Geral de Transparência e Controle**, em 01/04/2020, às 22:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 28/04/2020, às 15:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11086803** e o código CRC **DF3E6758**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.